

Recuo do Brasil na OEA: Apoio a Cuba Precisa Ganhar as Ruas

Texto na 7ª página

GAGÁRIN AOS BRASILEIROS: ESTOU FELIZ COM O REATAMENTO

"FOI com imensa alegria que recebi a notícia do reatamento de relações diplomáticas entre a União Soviética e o Brasil, país que visitei e do qual guardo as melhores recordações. Acredito que, agora uma boa amizade se desenvolva em benefício dos nossos povos e da paz universal" — Em declarações concedidas com exclusividade a NOVOS RUMOS, em Moscou, o major Iuri Gagarin expressou a sua satisfação pelo restabelecimento de relações diplomáticas entre o nosso país e a União Soviética, ao mesmo tempo que enviou uma saudação fraternal "ao povo brasileiro que tão simpática e afetosamente me acolheu quando estive no seu belo país".



"OUVI a notícia do reatamento pelo rádio, no meu automóvel, quando viajava para Moscou. Isso foi muito bom e creio que veio corresponder aos desejos de todos. Lembro-me que, quando estive no Brasil, nos encontros de que participei com estudantes, trabalhadores, intelectuais e representantes da ciência, dos círculos comerciais e industriais, todos manifestaram a esperança de que o reatamento se daria em breve".

CONCLUINDO, Gagarin após expressar a sua satisfação pelo acontecimento, dirigiu uma saudação ao povo brasileiro, ao qual "deseja grandes êxitos na luta pela emancipação, pela conquista dos seus direitos e por uma vida melhor".

NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA GUANABARA

ANO III Rio de Janeiro, semana de 8 a 14 de dezembro de 1961 N.º 148

EMBAIXADOR DA ALEMANHA É NAZISTA!

Reportagem na 7ª página

GABINETE PODE CAIR: CÂMARA DOS DEPUTADOS SE OPÕE À POLÍTICA DE TANCREDO

Jornalistas: Luta Pelo Aumento Pode ir à Greve



A POLÍTICA antipopular adotada pelo Conselho de Ministros já se tornou um divórcio aberto entre o primeiro-ministro Tancredo Neves e a maioria do Parlamento. A contradição se refere, principalmente, em torno de dois projetos de lei: o da reforma tributária, que o governo quer forçar a Câmara a aprovar, e o da limitação da remessa de lucros, que a Câmara aprovou e o governo quer derrubar. Trata-se, como se vê, de uma situação curiosa: o Conselho de Ministros, em lugar de submeter-se à Câmara ou, em caso contrário, demitir-se, como seria normal sob o parlamentarismo, procura submeter o Congresso à sua orientação reacionária e entreguista. Há uma crise em marcha, que pode levar à derrubada, nos próximos dias, do atual Conselho de Ministros. O panorama da crise é descrito em nossa "Crônica de Brasília", publicada na terceira página, onde também publicamos uma análise do projeto sobre a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras.

O Que é o Projeto de Remessa de Lucros

Texto na 3ª página

Reforma Agrária

Junto com esta edição circula um Suplemento Especial contendo os principais documentos aprovados pelo 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte. Esse Suplemento não pode ser vendido separadamente.

Reforma Tributária e Remessa de Lucros

Orlando Benfim Jr.

OS COMUNISTAS não tiveram nenhuma dificuldade em caracterizar, desde a primeira hora o gabinete do sr. Tancredo Neves. Ele nasceu do ventre da conciliação. Estava comprometido com o latifúndio e o imperialismo, com as forças reacionárias e antipopulares. Seria, por isso mesmo, incapaz de se tornar o intérprete das forças progressistas e patrióticas, que não haviam podido impor a solução final à crise de agosto mas tinham barrado o caminho ao golpe e saíram da crise consideravelmente revigoradas, em condições de novos avanços e mais decisivas vitórias.

AGORA, com poder ainda maior de convencimento do que uma análise da conjuntura política, apresentam-se ao nosso povo as iniciativas e os atos do Gabinete. Limitemo-nos a duas questões: a da reforma tributária e a da remessa de lucros.

O PROJETO de reforma tributária foi enviado pelo Conselho de Ministros ao Parlamento. NOVOS RUMOS fez, na oportunidade, uma apreciação detalhada do que significa esse monstro, que favorece descaradamente, por um lado, o assalto dos monopólios estrangeiros às riquezas do País e ao trabalho da Nação e, por outro lado, representa um assalto direto, através de injusto aumento de determinados impostos, à bolsa já tão desfalcada de nosso povo. A condenação, que se levantou de diversos setores da opinião pública (e deve ser intensificada), ao projeto entreguista e escurchante, encontrou eco na Câmara dos Deputados, que ao mesmo tempo opõe crescentes resistências.

O PROJETO de regulamentação da remessa de lucros nasceu dentro da própria Câmara, como resultado de diversos projetos e estudos. E foi afinal aprovado, aliás por expressiva maioria. Para nós, comunistas, a medida que se impõe, diante da situação que o Brasil atravessa, é a suspensão das remessas de lucros para o estrangeiro. Mas o projeto aprovado, embora não atenda a essa exigência, representa um passo à frente, resguardando, dentro de certos limites, os interesses nacionais, não sendo assim ser apoiado e defendido.

QUE POSIÇÃO assume, face ao problema o sr. Tancredo Neves? Durante a votação na Câmara, desce das funções de chefe de governo para desempenhar o degradante papel de agente dos monopólios estrangeiros, pressionando e articulando deputados com o objetivo de levar à derrota o projeto progressista. Vendido, entrega-se a uma campanha de agitação alarmista e chega ao ponto de afirmar que o projeto (que não passa de discreta providência em defesa dos interesses nacionais) se vier a transformar-se em lei provocará a derrocada de nossa economia! E ostensivamente se lança contra a decisão da Câmara, prometendo conseguir no Senado o seu torpedeamento.

TEMOS assim dois flagrantes que revelam nitidamente a orientação que o sr. Tancredo Neves deseja imprimir à política do Conselho de Ministros. Esforça-se para que seja aprovado o projeto de reforma tributária, que é violentamente contrário aos interesses de nosso povo, e, ao mesmo tempo, empenha-se para que seja derrotado o projeto de remessa de lucros que contraria os interesses dos trustes internacionais. É o curioso é que, num caso como no outro, coloca-se o primeiro-ministro em choque com o próprio Parlamento, luta abertamente contra a Câmara. Que diabo de parlamentarismo é esse? Como continua a existir nos moldes do sistema parlamentar, um Conselho de Ministros cujo programa de governo recebe tão veementes rejeições do Parlamento?

AS MASSAS cabe, sem dúvida, a última palavra. E essa palavra deve ser dita, tendo-se em vista as questões aqui comentadas, num sentido bastante claro, repulsa energética ao projeto de reforma tributária, apoio decidido ao projeto de regulamentação da remessa de lucros aprovado pela Câmara e substituição do gabinete Tancredo Neves por outro que seja representativo das forças democráticas e nacionalistas.

NORDESTE LUTARÁ CONTRA A LIQUIDAÇÃO DA SUDENE

Texto na 8ª página

Greve Geral em São Paulo no Dia 13: Abono de Natal

SÃO PAULO, dezembro (Da Sucursal) — Com a presença de mais de 4 mil trabalhadores, foi realizada uma assembleia inter-sindical no dia 3, no Cine São José (do Belém), na qual ficou deliberada a paralisação geral dos trabalhos no próximo dia 13, se até essa data não for concedido pelos patrões o abono de Natal.

Foi essa uma das maiores assembleias realizadas na capital paulista, com representantes de 19 Sindicatos, inclusive do interior. Ficou deliberada a realização de assembleias em todos os Sindicatos, para ra-

lização da greve marcada para o dia 13, à meia-noite.

Uma comissão de quatro dirigentes sindicais dirigiu-se a Brasília, para tratar, junto aos poderes da República da rápida tramitação do projeto que concede o 13.º mês de salários dos trabalhadores. A comissão é integrada por Remo Forli (presidente do Sindicato de Metalúrgicos de S. P.), Orlando Sposito (presidente do Sindicato dos Gráficos de Santos), Antônio Cândido Lindolfo (presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Caetano) e Fran-

cisco Borges, (diretor do Sindicato de Bancários de São Paulo).

Esteve presente à reunião uma comissão de jornalistas em greve, integrada por Gumercindo Cabral, presidente da Federação Nacional, vereador Ary Silva (da Câmara de São Paulo) e Maurício Loureiro Gama. Os jornalistas expressaram apoio à campanha pelo abono.

Os operários da indústria de brinquedos, também em greve, realizaram uma passeata, no dia 4, na qual levantaram a palavra de ordem de "Abono até o dia 13".

Governador Brizola: é Vital Libertar-nos do Imperialismo

Texto na 5ª página

BANCÁRIOS E ASSASSINOS: EIS O REARMAMENTO MORAL

Texto na 8ª página

Ferrovários da Central Conquistaram Equiparação Com a Leopoldina

Texto na 2ª página

OS jornalistas cariocas farão uma grande concentração, às 16 horas de hoje (quinta-feira), no Departamento Nacional do Trabalho, onde deverão realizar a primeira mesclagem entre os representantes do seu Sindicato e do Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas. Os profissionais da imprensa, em sua última assembleia, decidiram recusar a contra-proposta patronal, oferecendo-lhes um aumento salarial de 45% com um mínimo de R\$ 7.626,00 e reafirmar a sua reivindicação de um aumento de 60%, com um mínimo de R\$ 10.000,00, a vigorar a partir de 15 do corrente. A luta dos jornalistas cariocas vem contando com o apoio de diversas categorias profissionais, entre as quais a dos bancários, ferroviários, portuários, marítimos, gráficos, metalúrgicos e radialistas que têm, inclusive, participado das passadas realizadas pelos jornalistas da Guanabara. Na foto, aspecto da última concentração dos jornalistas em frente ao Ministério do Trabalho, falando e ouvindo Antônio Mesquita.

CRÔNICA DE BRASÍLIA

Reforma Tributária pode Derrubar Gabinete de Tancredo

BRASÍLIA (do Correspondente) — A última semana caracterizou-se por uma intensa movimentação dos círculos políticos em decorrência da discussão do tratamento de relações Brasil-URSS, e, particularmente, em torno da votação dos projetos de regulamentação da remessa...

oposição de elementos reacionários dentro da Câmara e do Senado, embora de início tenha sido algo violenta, gradualmente foi se desarticulando. A Ação Democrática Parlamentar, liderada atrás da qual se reúne, num bloco de oposição à Frente Parlamentar Nacionalista, os deputados integralistas e os parlamentares mais retrógrados do PSD, UDN e PR, sofreu uma derrota total...

da ADP, à qual somente estiveram presentes 20 deputados (dos quais 7 de acordo com o tratamento) tentaram formular voto de censura. Uma semana depois, nem mesmo se fala em tal possibilidade...

deuses a primeira surpresa: o substitutivo Celso Brant foi aprovado por 10 votos a 2...

Paraíba: Registro do PCB é Exigência Democrática

JOÃO PESSOA (Do Correspondente) — Com a presença do ex-deputado federal Agostinho Dias de Oliveira, realizaram-se, nesta capital e em Campina Grande, dois concorridos atos de lançamento da campanha pelo registro eleitoral...

reâncias em ambos os atos, lembrando o que tem sido a atuação dos comunistas no cenário político brasileiro e ressaltando a importância que tem, para o avanço das lutas nacionalistas e a consolidação e ampliação das liberdades democráticas...

REMESSA DE LUCROS — Grande problema que dominou a atenção de todos em Brasília foi o projeto que disciplina a remessa de lucros. A divergência em torno do assunto é muito antiga — desde quando os comunistas na Constituinte exigiam medidas contra as empresas alienígenas...

O DESGASTE DO GABINETE — A importante decisão da Câmara e o seu a não profunda dedicação do gabinete Tancredo Neves e a falta de apoio parlamentar ao mês...

REATAMENTO COM URSS: APOIO DE MANDAGUAÇU

MANDAGUAÇU, dezembro — (Do Correspondente) — A Câmara Municipal desta cidade paranaense aprovou por unanimidade moção de aplausos pelo restabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.

Em Campina Grande o ato teve lugar na sede do Clube Paulistano, sob a presidência do representante do Prefeito da cidade, o universitário Antônio Figueiredo Agra...

CUIABÁ: POLITICOS PEDEM REGISTRO PARA O PCB

CUIABÁ, novembro (Do Correspondente) — Apelo do povo da capital mato-grossense para que participe ativamente da campanha pelo registro do Partido Comunista Brasileiro...

REFLEXO DA OPINIÃO NACIONAL

A razão da vitória dos deputados nacionalistas tem que ser buscada na pressão que a opinião pública exerce sobre a Câmara, obrigando-a a aceitar medidas legais contra os capitais estrangeiros...

OSASCO: APLAUSOS PELO REATAMENTO COM A URSS — OSASCO, dezembro (Do Correspondente) — Congratulando-se pelo restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética...

DEPUTADO PARENTE FROTA: REGISTRO DO PCB É OPORTUNO E IMPERATIVO DEMOCRÁTICO

VITÓRIA, dezembro (Do Correspondente) — "Sou cálico apóstolo e romano e em política sou liberal democrata, sem civa de reacionarismo..."

contrapartida, nos países subdesenvolvidos política e economicamente, os partidos comunistas não têm existência legal e a ordem constitucional e pública estão quase sempre ameaçadas pelos pronunciamentos militares e pela ação insidiosa dos grupos econômicos a serviço do capital colonizador...

COMISSÃO DE COOPERAÇÃO DA CAMPANHA

A comissão de coordenação da Paraíba pró-legalidade do Partido Comunista Brasileiro é constituída pelos sr. Deputado Agassiz Almeida, do desembargador João Santa Cruz, o bel. Proprietário Batista e os jornalistas João Mancel de Carvalho, Luiz Gonzaga Rodrigues, Carlos Augusto de Carvalho, Malaquias Batista Tarcisio Fernandes, líderes sindicais João Ribeiro Filho, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Paraíba...

PADRONIZAÇÃO DA CONTABILIDADE

Será padronizada a contabilidade das empresas estrangeiras, discriminando-se nos balancetes, o parcelamento de capital e dos créditos pertencentes a firmas ou pessoas sediadas ou residentes no estrangeiro...

Nota Econômica José Almeida

A história da criação do GATT, as demarques que antecederam sua fundação, encontram-se detalhadamente expostas num trabalho de autoria do economista José Campos Mello...

GATT, instrumento dos países imperialistas

Registo de capitais estrangeiros — Num prazo de 90 dias deverão ser registrados no serviço especialmente criado pelo Banco do Brasil todos os capitais estrangeiros aplicados no Brasil...

Que é o Projeto de Remessas de Lucros

Damos, a seguir, um resumo dos principais aspectos do projeto sobre remessas de lucros que vem de ser aprovado pela Câmara dos Deputados...

Ajuda a NOVOS RUMOS - Table with names and amounts: Cristiano Cavil (Rio) 1.000,00, Metalúrgicos (Rio) 1.000,00, etc.

Pedro Pomar e Ângelo Arroyo Expulsos Como Fracionistas - Recebemos com pedido de publicação: Os comunistas da Capital de São Paulo comunicam que os indivíduos Pedro Pomar e Ângelo Arroyo não mais pertencem às fileiras do movimento comunista...

Reforma Agrária Radical Na Lei ou na Marra



SUPLEMENTO ESPECIAL

NOVOS RUMOS

ANO III

Rio de Janeiro, semana de 8 a 14 de dezembro de 1961

N.º 148

Congresso da Reforma Agrária

NOVOS RUMOS dedica este suplemento ao I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, de 15 a 17 de novembro, o Congresso representou o coroamento de uma série de conferências regionais em que os trabalhadores do campo discutiram amplamente seus problemas, suas reivindicações imediatas, seus direitos, e levantaram a questão que mais inquieta hoje a grande massa dos pobres do campo: a reforma agrária.

O Congresso reuniu na Capital de Minas cerca de 1.600 delegados dos trabalhadores do campo de todos os Estados. Foram eleitos os delegados em assembleias e conferências locais. A maior parte deles, sem recursos para a viagem até Belo Horizonte, teve que coletar dinheiro para as despesas de transporte. Alguns saíram da fazenda onde trabalhavam, ou de sua posse, fazendo longos trajetos a pé, a cavalo, para depois viajar em ônibus e a maioria em caminhão. A delegação do Pará, por exemplo, viajou durante seis dias num caminhão até Belo Horizonte. Pelas estradas, a alimentação era escassa, como em geral é a alimentação do pobre do campo no Brasil: farinha, rapadura, carne seca, banana. Muitos dos representantes camponeses colocavam um par de sapatos pela primeira vez — comprado também mediante coleta de dinheiro entre seus companheiros.

Em Belo Horizonte, havia alojamentos suficientes, embora não muito confortáveis, para os 1.600 delegados. Que sabiam eles de conforto? Não estranhavam portanto a cama dura ou mesmo a esteira da sala imensa onde ficavam dezenas, lado a lado. Estavam contentes, não estranhavam coisa alguma. Para eles — muitos nunca tinham visto uma grande cidade, uma cidade moderna como Belo Horizonte — tudo era novidade, movimento, beleza e — conforto! Se no campo moram em casas de palha e barro, paredes de pau-a-pique, sem qualquer mobília... Nas horas das refeições, a mesa enorme oferecia alimento relativamente abundante. Algumas vezes faltava luz na estalagem — e então havia alguma confusão na localização da cama ou simplesmente do colchão a um canto.

De manhã cedo — às 9 horas — (muito antes mesmo, pois às 9 já estavam acordadas havia pelo menos 4 horas), concentravam-se no salão imenso da Secretaria de Saúde para ouvir os discursos. E os oradores — eles mesmos — se revezavam na tribuna durante mais de 12 horas por dia.

A tribuna. Que grande oportunidade para dizerem tudo o que sentiam, o que estava represado há anos, o que nunca tinham podido dizer na cara do fazendeiro! Represado há anos?... Há gerações!... Seus avós, de muitos, haviam sido escravos, ou filhos de escravos. E eles o que eram, senão semi-escravos ainda?...

Então, por que calar? Estavam ali para dizer o que sentiam, o que pensavam. E não sabiam antes que a palavra lhes vinha tão fácil, tão fluente e tão fogosa. Os primeiros disseram da tribuna que já haviam lutado pela terra. Muitos não sabiam que seus companheiros tinham defendido a terra dos assaltos dos grileiros — e de armas nas mãos. No Paraná. Em Goiás. No Estado do Rio. Não perdiam uma palavra daquelas narrativas que lhes pareciam fantásticas. Mas ali estavam, na tribuna, homens como eles, que davam o seu testemunho de lutas. Então, por que não lutarem todos juntos pela terra?

E com que ardor subiam à tribuna para dizerem que eles também lá do interior de Pernambuco, do Ceará, do Maranhão, também estavam dispostos a pegar em armas para defender a posse de suas terras contra o grileiro e o latifundiário!

Cartazes se espalhavam pelo salão com o dizeres que muitos liam mal e mal — porém que compreendiam perfeitamente quando lhes repetiam em voz alta: reforma agrária já! reforma agrária na lei ou na marra!

As Comissões. Os mais experientes, os que mais se destacavam nas lutas, nas campanhas reivindicatórias locais, haviam sido escolhidos para participar de comissões de discussão dos problemas que lhes diziam respeito. Comissão de Reforma Agrária. Comissão de Arrendamento e Parceria. Comissão de Pequenos e Médios Proprietários. Comissão de Direito... Liam-se teses, travavam-se debates — e eles iam aprendendo coisas que não sabiam, que nem sequer imaginavam, direitos que não conheciam...

Quando uma delegação promotora ao Congresso dirigiu-se ao governador Magalhães Pinto solicitando-lhe uma sede para a realização do Congresso, acomodações para os delegados, falou-lhe de cerca de 1.200 delegados. Ele sorriu cético. De todo o Brasil trazerem 1.200 delegados do campo? E as enormes distâncias até Belo Horizonte?... Sugeriu, finalmente, que seriam no máximo uns 500.

Ali estavam reunidos 1.600 quase. O governador ficou espantado.

Se o governador surpreendeu-se com tão grande número de delegados da massa camponesa, outros surpreenderam-se com o vigor de sua linguagem da tribuna, com a reação pronta — protestos ou aplausos — e palavras de oradores, palmas calorosas ou vaia estrepitosa ao aparecimento de pessoas a e lhes eram gradas ou desagradáveis.

Sim, pessoas importantes ali estavam no seu Congresso, no Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. O presidente da República, dr. Goulart, o próprio primeiro-ministro Tancredo Neves, o governador Magalhães Pinto, seus secretários, o ministro do Exterior, San Thiago Dantas, e quantos deputados... Um deputado presidia, a todas as horas do dia e da noite, os trabalhos do Congresso: Ernani Maia.

Nas Comissões e na plenária discutiam-se teses e iniciativas da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. A ULTAB, a cuja iniciativa se devia a realização do Congresso, dava-lhe também a mais valiosa contribuição teórica e sugestões de medidas práticas em benefício dos 40 milhões de habitantes do campo — em particular dos pobres do campo, os sem terra, os que jamais possuíram uma mesga de terra própria, os que foram expulsos da terra, os que lutam pela posse da terra...

Finalmente, a grande festa que foi a sessão de encerramento. E a Declaração por eles todos votada: exigir do governo uma reforma agrária radical, o fim do regime latifundiário, o fim do domínio do grande fazendeiro escravista.

Reforma Agrária Radical Com Destruição do Latifúndio

Na sessão de encerramento dos trabalhos do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, com a presença de 1600 delegados de todo o país, grande massa popular, representantes da classe operária, da intelectualidade, dos estudantes, autoridades governamentais, inclusive o presidente da República e o primeiro-ministro, foi unânimemente aprovada a seguinte **DECLARAÇÃO**:

«As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm, por meio desta Declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil.

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, após os debates travados durante todo o período de sua realização, definiu os elementos básicos que caracterizam a situação atual das massas camponesas e fixou os princípios gerais a que se deve subordinar uma reforma agrária.

A característica principal da situação agrária brasileira é o forte predomínio da propriedade latifundiária. Com uma população rural de cerca de 38 milhões de habitantes, existem no Brasil apenas 2 065 000 propriedades agrícolas. Neste número incluem-se 70 000 propriedades latifundiárias, que representam 3,39% do total dos estabelecimentos agrícolas existentes, mas que possuem 62,33% da área total ocupada do país.

É o monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o norte-americano, que nele se apóia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semifeudal que, escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Esta estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas mais evidentes do processo espoliativo interno.

A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que

estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo.

A reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e o conseqüente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar.

É necessário, igualmente, que a reforma agrária satisfaça as necessidades mais sentidas e as reivindicações imediatas dos homens do campo. Que responda, portanto, aos anseios e interesses vitais dos que trabalham a terra e que, aqui, se encontram reunidos, através de seus representantes e delegados de todo o país ao **I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL**.

Para os homens que trabalham a terra, a reforma agrária, isto é, a completa e justa solução da questão agrária no país é a única maneira de resolver efetivamente os graves problemas em que se debatem as massas camponesas e, portanto, elas, mais de que qualquer outra parcela da população brasileira, estão interessadas em sua realização. As massas camponesas têm a consciência de

que a solução final dessa questão depende delas.

A execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista, só poderá ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo, fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do povo brasileiro.

As medidas aqui propostas, capazes de realmente conduzir à solução do magno problema da reforma agrária em nossa pátria, evidentemente se chocam e se contrapõem aos interesses e soluções preconizados pelas forças sociais que se beneficiam e prosperam à base da manutenção da arcaica e nociva estrutura agrária atual. Sobre essa estrutura repousa a instável economia, dependente e subdesenvolvida, de nossa pátria, e que, a todo custo, essas forças procuram impedir que se modifique.

A reforma agrária que defendemos e propomos diverge e se opõe frontalmente, portanto, aos inúmeros projetos, indicações e proposições sobre as pretensas «reformas», revisões agrárias e outras manobras elaboradas e tantas daquelas forças cujos interesses e objetivos consultam sobretudo ao desejo de manter no essencial e indefinidamente o atual estado de coisas.

A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a com-

pleta liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país.

Com a finalidade de realizar a reforma agrária que efetivamente interessa ao povo e às massas trabalhadoras do campo, julgamos indispensável e urgente dar solução às seguintes questões:

a) — Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.

b) — Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas.

Além dessas medidas que visam a modificar radicalmente as atuais bases da questão agrária no que respeita ao problema da terra são necessárias soluções que possam melhorar as atuais condições de vida e de trabalho das massas camponesas, como sejam:

a) — Respeito ao amplo,

(Conclui na 4ª pág.)



REFORMA AGRÁRIA RADICAL COM DESTRUÇÃO DO LATIFÚNDIO

(Continuação da 1ª página)

livre e democrático direito de organização independente dos camponeses em suas associações de classe.

b) — Aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estende aos trabalhadores agrícolas, bem como imediatas providências governamentais no sentido de impedir sua violação. Elaboração de Estatuto que vise a uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais.

c) — Plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo. Reconhecimento imediato dos sindicatos rurais.

d) — Ajuda efetiva e imediata à economia camponesa, sob todas as suas formas.

As massas camponesas sentem agravar-se, a cada dia que passa, o peso insuportável da situação e que estão submetidos. Por isso mesmo, se mobilizam e se organizam para lutar, decididamente, pela obtenção dos seus objetivos, expressos em uma efetiva, democrática e patriótica reforma agrária. Essa luta já se processa e evoluirá até que sejam atingidos e realizados

seus objetivos, pelos quais as massas do campo não pouparão esforços nem medirão sacrifícios...

Nas atuais condições, tudo deve ser feito para conseguir que as forças que dirigem os destinos da nação brasileira se lancem à realização de uma eficaz e inadiável política agrária capaz de, através da execução de medidas parciais, ir dando solução às questões indispensáveis à plena realização da reforma agrária que necessitam os lavradores e trabalhadores agrícolas, assim como todo o povo brasileiro. Tais medidas, entre outras, são as seguintes:

a) — Imediata modificação pelo Congresso Nacional do Artigo 147 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de «indenização prévia, justa e em dinheiro» para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos.

b) — Urgente e completo levantamento cadastral de todas as propriedades de área superior a 500 hectares e de seu aproveitamento.

c) — Desapropriação, pelo governo federal, das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água.

d) — Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, a longo prazo, e a juros baixos, das terras desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrado para fins fiscais.

e) — Levantamento cadastral completo, pelos governos federal, estadual e municipal, de todas as terras devolutas.

f) — Retombamento e atualização de todos os títulos de posse da terra. Anulação dos títulos ilegais ou precários de posse, cujas terras devem reverter à propriedade pública.

g) — O imposto territorial rural deverá ser progressivo, através de uma le-

gislação tributária que estabeleça: 1º — forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola; 2º — isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola.

h) — Regulamentação da venda, concessão em usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas aos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitos concessões cuja área seja superior a 500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa.

i) — As terras devolutas, quer sejam de propriedade da União, dos Estados ou Municípios, devem ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse nacional, ao que nelas queiram efetivamente trabalhar.

j) — Proibição da entrega de terras públicas a aqueles que as possam utilizar para fins especulativos.

l) — Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.

m) — Que seja planificada, facilitada e estimulada

a formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa.

Com vistas a um rápido aumento da produção, principalmente de gêneros alimentícios, que possa atenuar e corrigir a asfixiante carostia de vida em que se debate a população do país, sobretudo as massas trabalhadoras da cidade e do campo, o Estado deverá elaborar um plano de fomento da agricultura que assegure preços mínimos compensadores nas fontes de produção; transporte eficiente e barato; favoreça o comércio de instrumentos agrícolas e outros meios de produção; garanta o fornecimento de sementes, adubos, inseticidas, etc., aos pequenos agricultores; conceda crédito acessível aos pequenos cultivadores proprietários ou não e combata o favoritismo dos grandes fazendeiros.

O I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS conclama o povo brasileiro a tomar em suas mãos esta bandeira e torná-la vitoriosa.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO PRESIDENTE DA ULTAB

NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS, O PRESIDENTE DA ULTAB, LINDOLFO SILVA, PRONUNCIOU O SEGUINTE DISCURSO:

Senhores Congressistas. Meus senhores e minhas senhoras.

Atinge ao término de seus trabalhos, com pleno êxito e alentados resultados, o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

É com imenso júbilo e incontida satisfação que vemos chegar ao seu coroamento a realização deste esplêndido Congresso dos camponeses de nossa pátria, no qual se fizeram representar ou participaram efetivas e vibrantes delegações dessa imensa massa trabalhadora que aqui compareceu superando os mais difíceis obstáculos, contornando as mais tenazes dificuldades, sem medir sacrifícios e guiados pela fé inabalável da conquista de seus objetivos.

As autoridades federais, estaduais e municipais, entidades e organizações autorizadas e pessoas, a todos em fim que contribuíram para a realização deste Congresso desejamos apresentar os nossos mais profundos e sinceros agradecimentos pela fraternal ajuda e estimulante apoio a este Congresso da mais numerosa e sacrificada camada dos trabalhadores brasileiros.

Este Congresso constituiu, sem dúvida alguma, um considerável avanço e sólida demonstração do grau de consciência já adquirida pelo homem do campo, sobre seus direitos e justas reivindicações, de seu papel decisivo na sociedade, como também, do nível de organização e de métodos de luta pelas conquistas necessárias à superação da situação do campo através de uma reforma agrária que efetivamente elimine o monopólio da terra pelo latifúndio e as relações de produção do tipo pré-capitalistas ainda imperantes em nosso país.

A reforma agrária pela qual lutamos neste Congresso, e prosseguiremos lutando nas regiões onde vivemos e trabalhamos, tem por objetivos essenciais a completa erradicação do monopólio da propriedade e do uso da terra exercido pelo latifúndio e o acesso mais fácil e imediato possível pelos que verdadeiramente desejam e necessitam trabalhá-la, tornando-a altamente produtiva e rendosa.

Consideramos esta reforma agrária uma necessidade inadiável e vital, capaz de dar saída e conduzir à completa solução ao agudo

estado de subdesenvolvimento crônico do tipo pré-capitalista e da crescente e ameaçadora instabilidade econômica, política e social em que nos encontramos presentemente.

Não concordamos portanto, com todas as manobras e pretensas soluções que vêm proliferando nos últimos tempos sobre essa questão, como as chamadas "revisões", "planos pilotos", e outras que nada mais constituem que paliativos ou saídas que objetivam assegurar ainda mais o monopólio da terra em mãos de uma minoria privilegiada e insaciável.

Estamos certos que qualquer tentativa de reforma agrária que não elimine o monopólio da terra e que não possibilite a propriedade e o uso da terra aos lavradores sem terra ou que possuem pouca terra não cumprirá seus objetivos nem corresponderá, de forma alguma, aos interesses e necessidades dos camponeses, como também não poderá modificar sensivelmente em suas bases a atual estrutura econômica do país. Por isso mesmo, nos colocamos frontalmente contra os demagogos e os que buscam nos atrair para soluções e saídas que não consultam aos verdadeiros interesses das massas camponesas e da nação brasileira.

Por outro lado, não ignoramos que para conseguir-

mos a verdadeira reforma agrária que modificará radicalmente a atual estrutura de nossa economia e trará novas condições de vida e prosperidade para os homens do campo e o povo em geral, teremos que travar uma luta árdua e mais ou menos prolongada e cujo êxito vai depender fundamentalmente de nossa disposição de luta e de nosso esclarecimento, de nossa própria organização e de nossa unidade de ação e de pensamento.

Por isso mesmo julgamos necessário lutar sem desfalecimentos pela conquista de todas as medidas parciais, por menores que sejam, no sentido não só de através delas irmos abrindo caminho para a conquista da reforma agrária completa e radical que almejamos como também para ir melhorando cada vez mais as terríveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas presentemente as grandes massas trabalhadoras do campo no Brasil.

Companheiros Congressistas. Ao terminar este magnífico Congresso ficamos ainda mais convencidos da justiça de nossos objetivos e reivindicações. Sabemos também que nos aguardam tarefas cada vez mais difíceis e lutas sempre mais árduas. Mas estamos igualmente certos de que do resultado dessa luta e desses

esforços dependem o bem-estar e a felicidade de todo o povo brasileiro, o progresso, a total independência e soberania de nossa gloriosa pátria.

Simultaneamente aos esforços e sacrifícios que nos serão exigidos para podermos avançar na mobilização, esclarecimento e organização das amplas massas camponesas para a conquista dos elevados e inadiáveis objetivos aqui apresentados e aceitos, propomos:

Que seja aprovada como decisão final e culminante deste Congresso a realização, por toda a massa camponesa e demais forças patrióticas e democráticas do povo brasileiro o mais vigoroso e amplo Movimento Nacional pela Reforma Agrária, cuja bandeira deve ser erguida com ardor e decisão até a conquista de completo êxito da reforma agrária, reivindicação máxima dos lavradores e trabalhadores agrícolas e da maioria absoluta da população de nossa gloriosa pátria.

Salve o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil! Salve o Movimento Nacional pela conquista da reforma agrária efetiva e radical exigida pelos camponeses do Brasil!

Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961.



MINISTRO GABRIEL PASSOS:

QUE A TERRA SEJA MÃE E NÃO MADRASTA

Reproduzimos aqui os principais trechos (taquigrafados) do discurso pronunciado na sessão solene de encerramento do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas pelo Ministro de Minas e Energia, sr. Gabriel Passos:

Res. Congressistas. É para cada um de nós um espetáculo maravilhoso ver e sentir, como que nascendo da terra, com a força da terra, com o sentimento da terra, esta reunião de brasileiros de todos os quadrantes demonstrando o desejo de que a terra lhes pertença para que nela possam trabalhar. Estes homens que aqui estão trabalham em terra alheia, eriam uma riqueza que nunca será sua e fazem, com o suor do rosto e o sacrifício de suas vidas, a grandeza de uns poucos com a miséria de muitos.

Homens do interior, lem conosco as tristezas, as angústias e o conformismo daqueles que desde o amanhecer até ao anoitecer moagem nas labutas do campo sem poder usufruir um pouco sequer daquilo que produzem. Não têm escolas, não têm assistência, não têm alegrias nem diversões, não têm calçados para seus filhos, não têm assistência médica, mas têm apenas o trabalho árduo de cada dia, uma vida sem esperança e

sem futuro. A assistência social ainda não lhes chegou ao solar modesto. Esse é um quadro que cada um de nós conhece mas nem todos sentem. Esse quadro sensibiliza algumas figuras e não se pode deixar de assinalar que uma dessas figuras é esse intrépido Julião. Ele teve sensibilidade para deixar repercutir dentro de si mesmo os sofrimentos de seus concidadãos e procurou outros homens, ricos de selva moval e cheios de vigor, para incorporá-los na luta pelos direitos impostergáveis dos lavradores sem terra.

O quadro a que ora assistimos nos rejubila. Somos uma nação de 70 milhões e, segundo os índices de crescimento de nossa gente, dentro de 25 anos seremos 150 milhões. E não queremos que sejam 150 milhões de maltrapilhos, de lamintos, de andrajosos, de desajustados, de analfabetos, de rebotalhos humanos esmagados pela miséria. Queremos, ao contrário, ver este país de pé. Para isso é preciso unir a inteligência e a sensibili-

dade de homens capazes de conduzir o povo a uma situação de bem-estar onde haja trabalho amparado, assistido, bem remunerado e onde todos tenham um padrão de vida digno. Este movimento de trabalhadores do campo é — eu não permito dizê-lo — maior do que vós mesmos pensais. — Ele representa as forças telúricas da Nação. Este movimento nasce da própria terra e tem a força da própria vida e, por isso, é invencível.

Este magnífico espetáculo significa, sem dúvida, uma afirmação da vontade do camponês brasileiro que deseja ver reconhecidos seus legítimos direitos e que espera uma reforma agrária que não seja uma mistificação e sim, uma oportunidade para que a população rural alcance melhores condições de vida. Essa gente capaz de afirmar com tanta determinação e com tanto vigor sua vontade de ver reconhecidos seus direitos fundamentais é também capaz de pôr sua força e seu espírito de luta na defesa de nossa pátria, na defesa de nossas riquezas. Vemos aqui uma tomada de consciência. Nós que desejamos ser senhores de nosso destino, não podemos deixar embair por palavras generosas. Grande parte das dificuldades, da miséria, do sofrimento, da falta de recursos de nosso país deve-se ao fato de o Brasil ser quase que uma colônia de vorazes imperialistas. Precisamos nos libertar economicamente porque só assim libertaremos o nosso povo da miséria e do sofrimento. A vossa luta e a luta dos nacionalistas brasileiros é a mesma. Queremos uma terra feliz, fecunda, uma terra que seja mãe de seus filhos e não madrasta. Para que isso aconteça, na terra que isto se torne realidade é preciso que se multipliquem encontros como este onde o povo trabalhador manifeste a sua vontade de alcançar melhores condições de vida. Melhorando a vida dos trabalhadores do campo e dos trabalhadores da cidade, melhorará a vida do Brasil.

A ULTAB Propõe Medidas Sobre o Aproveitamento Das Terras Públicas

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil levou ao Congresso de Belo Horizonte algumas das teses melhor fundamentadas e que correspondem aos interesses da massa camponesa. Chamamos a atenção para esta oportuna tese sobre o aproveitamento das terras públicas, aprovada na Comissão de Reforma Agrária e no plenário do Congresso:

Impera no Brasil, e se agrava cada vez mais, profunda e indiscriminada irregularidade no que respeita a concessão, apropriação e aproveitamento das terras públicas.

A concessão pelo Estado de imensas glebas, a apropriação indébita e todas as formas de "grilagem" constituem um dos mais sérios apoios à

vimento do latifúndio e conseqüente monopólio latifundiário e exercido sobre a propriedade da terra e seu aproveitamento.

Esse estado de coisas parte, não só da avidez insaciável e sem escrúpulos dos arcambarcadores de terras e da incúria das autoridades e homens do governo, como também da ausência absoluta de um atualizado e satisfatório levantamento cadastral e classificação das terras consideradas devolutas ou pertencentes ao poder público e uma adequada distribuição e aproveitamento das mesmas.

Constituem as terras públicas parte considerável do fundo agrário brasileiro, cuja acertada distribuição e aproveitamento não mais pode ser protelado, sob pena de se ver cada vez mais agravado o grave quadro da situação econômica e social do país.

Para que seja regularizada e bem definida a situação e o aproveitamento das terras públicas, e necessário que sejam tomadas, entre outras, as seguintes medidas:

a) Deve ser considerada como terra de propriedade pública, isto é, do Estado (União, Estados ou Municípios) toda extensão de terra do território nacional que não esteja submetida a um título de posse particularmente legalizado e registrado.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE A CUBA DE FIDEL CASTRO

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas aprovou a seguinte moção a ser enviada ao Primeiro Ministro de Cuba, Fidel Castro:

Os participantes do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil que ora se reúnem, em Belo Horizonte, para o debate dos problemas do homem do campo, dirigem-se ao bravo povo cubano e a seu grande líder, FIDEL CASTRO, para expressar, de forma enérgica e vibrante:

b) Os governos da União, Estados e Municípios devem proceder ao imediato levantamento e classificação de todas as terras devolutas, que devem ser registradas como pertencentes ao poder público.

c) Igualmente deve ser processado o levantamento e classificação das terras de propriedade particular, cujos títulos de posse não se encontrem devidamente legalizados, devendo passar imediatamente ao poder do Estado (União, Estados e Municípios).

d) As terras classificadas como devolutas, quer sejam da propriedade da União dos Estados ou Municípios, devem ser concedidas gratuitamente — salvo exceções de interesse nacional — aos que nela queiram efetivamente trabalhar.

e) Deve ser estabelecida a absoluta proibição de entrega de concessões de terras públicas, sob qualquer forma, a quem as queira utilizar como meio de especulação.

f) Devem ser outorgados títulos de propriedade imediata aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra ou nela já residam, bem como levada a efeito a mais intransigente defesa de seus direitos contra qualquer espécie de expropriação.

g) A formação de núcleos de economia camponesa e a exploração da terra, realizada através da produção cooperativa, deve ser objeto de imediata planificação no máximo de estímulo e garantias aos que deles queiram participar.

Belo Horizonte, 15 de novembro de 1961.

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)

MOÇÃO DE LOUVOR AO PRESIDENTE DO CONGRESSO

Proposta pela delegação do Estado da Guanabara, foi aprovada no plenário do Congresso de Belo Horizonte a seguinte moção:

A Delegação do Estado da Guanabara

Propõe um voto de louvor à Mesa Diretora do Congresso na pessoa do seu ilustre

presidente deputado Ernâni Maia, pela carreta, democrática e precisa direção dos trabalhos em toda a decorrer do Congresso. Estende a Moção a todos quanto colaboraram para o êxito do conclave. Propõe que a referida Moção seja inserida na ata final do Congresso.

Moção — Pedro Coutinho Filho

fender, de todas as formas, a autodeterminação e a soberania de Cuba, ameaçadas pelo imperialismo norte-americano.

2º — que consideram a orientação do governo cubano como um exemplo para os povos da América Latina em sua luta emancipadora. Manifestam, ainda, seu entusiasmo pela Reforma Agrária cubana, alícere do progresso e da independência do país irmão.

ao) Francisco Julião, Nestor Vera, Acyr Medeiros, Lindolpho Silva, Napoleão Bezerra e Henrique Miranda

GOULART SUGERE:

REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA

Na solenidade de encerramento do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, o Presidente da República, Sr. João Goulart, pronunciou um discurso em que reconheceu expressamente que a Constituição impossibilita na prática a reforma agrária e que, por isso, deve ser reformada a fim de torná-la possível. Damos a seguir os principais trechos do discurso do Presidente, assinalando as passagens em que seguiu o texto escrito e as em que improvisou.

(Lendo) Senhores Congressistas. Compareço à sessão de encerramento do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil para expressar o meu apoio ao debate franco e corajoso, dos temas que dizem respeito aos problemas da melhoria das condições de vida do homem brasileiro que trabalha a terra e dos que tratam da implantação de métodos modernos de exploração dos recursos naturais do nosso grande país.

As reivindicações dos trabalhadores agrícolas não se opõem às reivindicações dos trabalhadores da cidade. Ao contrário, o entendimento, no plano dos altos interesses nacionais, entre o homem do campo e o trabalhador da indústria e condição indispensável ao progresso do país e a elevação dos níveis de existência de todo o povo brasileiro.

Na verdade, o crescimento econômico do Brasil não deve ser dificultado por uma

agricultura atrasada, que ainda emprega em larga escala estilos de produção que remontam a épocas já ultrapassadas. Mas nem toda a estrutura agrícola brasileira é atrasada. Há setores importantes que já apresentam índices elevados de produtividade e que constituem exemplos de boa aplicação técnica na exploração de nossas terras.

Devemos, contudo, reconhecer e proclamar que a ausência de uma reestruturação agrária está embarçando a marcha do progresso de nossa Pátria: sem uma agricultura progressista jamais teremos uma economia nacional equilibrada. O processo agrícola brasileiro não atende mais às necessidades do crescimento da economia geral do nosso país.

Devemos ter sempre presente que a maioria do povo brasileiro está vinculada às atividades da terra: sessenta e três por cento da população brasileira dependem da agricultura para viver. E

as estatísticas ainda incompletas que possuímos nos mostram que, dos 12 milhões de agricultores brasileiros, mais de 10 milhões cultivam terra que não lhes pertence.

A luta, portanto, em favor do acesso à terra dos que nela trabalham de sol a sol, é assim, uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas dos camponeses brasileiros. O seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos.

Sem escolas, sem assistência médica e sem perspectivas de melhoria de vida, os trabalhadores rurais das regiões mais atrasadas do país abandonam os campos e se dirigem aos centros urbanos, em busca de uma atividade compensadora.

O crescimento industrial do país criou novas oportunidades de trabalho, provocando imenso deslocamento da população rural para as cidades. A atração dos grandes centros permanecerá irresistível enquanto as condições de vida do campo forem precárias, como são atualmente e, em muitos casos, piores do que nas favelas urbanas. Tais contradições entre a agricultura e a indústria tendem mesmo ao agravamento, se não forem desde logo aplicados remédios adequados para corrigi-las.

A inflação, que destrói os valores do trabalho, realiza uma transferência da renda agrícola para outras áreas econômicas, num de-

stímulo permanente às inversões no campo. A questão da terra no Brasil deve ser resolvida.

Não vejo razões para deixar de afirmar que a reforma agrária é uma das reformas que o país reclama para dar plena expansão às suas forças produtivas atornecidas.

Há pessoas, há grupos conhecidos dos camponeses, que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que esses que se assustam com palavras não perdem o sono diante do panorama social de nossa pátria onde um povo nobre luta para viver em um território potencialmente rico e poderoso. Os brasileiros reclamam uma reforma agrária que possibilite uma revisão total das relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural em nosso país para que se possa libertar a produção agrícola de seus seculares entraves e proporcionar maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação das riquezas, para dotar o país de uma agricultura moderna, de alto rendimento produtivo.

A nossa Constituição de 1946, se reconhece por um lado a função social da propriedade, ao admitir a desapropriação por interesse social, por outro impossibilita a aplicação prática desse princípio, ao estabelecer que toda e qualquer desapropriação se faça pela orçea

e justa indenização em dinheiro.

(Trecho taquigrafado) Para uma reforma agrária que atenda realmente aos interesses nacionais, que atenda aos camponeses brasileiros, temos de considerar seriamente, como disse há pouco o deputado Francisco Julião, a reforma da nossa Constituição, a instituição de princípios constitucionais que permitam que essa reforma agrária se faça em termos de realidade, especialmente em termos que atendam aos agricultores brasileiros.

(Lendo) Os setores mais esclarecidos do país vêm clamando por medidas de base também na agricultura. Mais de 200 projetos de lei transitam pelo Congresso Nacional, todos eles pretendendo modificar, parcial ou totalmente, a estrutura agrária do país. Infelizmente, até hoje, nenhum deles conseguiu vencer a barreira de resistência levantada pelos que ainda se apegam a um arcaísmo agrícola superado e de baixo rendimento social.

Creio ser dever do governo estimular todas aquelas iniciativas que se preocupem com a questão agrária nacional, procurando solucionar seus problemas, pois o aumento da produção e a elevação do padrão de vida do trabalhador rural constituem meta fundamental para os destinos do Brasil.

Na verdade, ainda há falta de garantias e de oportunidades para os que se dedicam ao trabalho da terra. A organização existente dos trabalhadores agrícolas em entidades próprias é uma decorrência natural da evolução da nossa sociedade e a elas não se pode opor — e eu jamais oporei — quaisquer aparelhos administrativos ou policiais, mas o que devemos fazer é compreendê-las e justificá-las porque representam sempre o estado de espírito e a situação de algumas coletividades reconhecidas e que desejam fazer ouvir suas aspirações.

A organização dos trabalhadores do campo e das cidades é pedra angular do regime democrático. Nossa geração está sendo marcada pela História para conquistar a independência econômica do Brasil e nosso elementar dever de cidadão é estar à altura de missão tão digna e elevada.

Peço, Senhores Congressistas, que levem a seus companheiros do interior, junto com minha calorosa saudação e a mensagem de minha confiança nos altos destinos do país, a certeza de que tudo farei para que os trabalhadores rurais brasileiros possam em breve ver transformadas em realidade as suas justas reivindicações.

(Nota taq.) Finalizando, reafirmo mais uma vez os meus agradecimentos pela homenagem que recebi deste Congresso dos camponeses brasileiros, representada pelo documento que me foi entregue por um legítimo delegado dos camponeses de nossa pátria e convidei os congressistas, primeiramente a Mesa Diretora do Congresso a irem, diretamente, à Capital da República para me entregar, em audiência especial que terei o prazer de conceder, os resultados deste memorável encontro realizado pelos trabalhadores do campo.



Tese Sobre a Organização Dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

FOI APROVADA NO I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS, EM BELO HORIZONTE, A SEGUINTE TESE ELABORADA PELA ULTAB:

A organização independente dos lavradores e trabalhadores agrícolas é nos dias atuais, cada vez mais uma necessidade premente. A dispersão e desorganização das grandes massas trabalhadoras do campo em nosso país têm sido um dos principais entraves para que essas massas lutem com maiores possibilidades de êxito e conquistem vitórias expressivas.

Qual o quadro da organização rural em nosso país? Existem no Brasil mais de 2000 associações rurais. Estas associações filiam-se às Federações das Associações Rurais estaduais, e estas à Confederação Rural Brasileira. A estas entidades acham-se também ligadas várias outras de diferentes tipos. Essas organizações, a partir da Confederação Rural Brasileira, encontram-se em geral sob a direção ou influência de latifundiários e fazendeiros e, apesar de todo o estímulo, ajuda e facilidades que lhes são proporcionados pelos poderes públicos, demonstram ainda bastante atraso e fraqueza no terreno associativo.

Além disso, encontram-se no país numerosas cooperativas agrícolas, compreendendo cooperativas de produtores, de consumidores ou mistas, distribuídas por todos os Estados e Territórios do país.

A Sociedade Rural Brasileira abriga os grandes cafeicultores, e os usineiros de açúcar encontram-se organizados em cooperativas e sindicatos próprios, bem como os grandes pecuaristas.

Quanto à organização independente dos lavradores e trabalhadores agrícolas, o quadro é aproximadamente o seguinte: A ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), entidade nacional, incorpora organizações em 16 Estados, sendo várias Federações e numerosas associações municipais.

Em várias zonas do país, constituem-se organizações autônomas de lavradores e trabalhadores agrícolas, ainda não filiados a nenhuma entidade.

Especialmente no Norte e Nordeste, desenvolve-se a organização de Ligas Camponesas, com características e formas também próprias e diversas.

Nestes últimos anos, há o crescimento numérico de sindicatos rurais, dos quais muitos em processo de for-

mação. Apenas alguns conseguiram seu reconhecimento legal.

Ao lado destes, nas grandes zonas canavieiras, existem também em crescimento sindicatos de trabalhadores na indústria do açúcar e do álcool, bem como de alimentação, aos quais se filiam, em vários lugares, trabalhadores rurais.

Estas organizações independentes prestaram e vêm prestando bons serviços à causa dos lavradores e trabalhadores agrícolas, apesar das difíceis condições financeiras que enfrentam, da falta de quadros dirigentes experimentados e das perseguições e pressões exercidas pelos latifundiários e pela ação repressiva de setores do poder público.

Não existe ainda no país um centro único dirigente da organização independente das massas trabalhadoras do campo.

Dêste rápido balanço pode-se concluir como ainda é baixo e atrasado o nível de organização do meio rural, que conta com uma população economicamente ativa de aproximadamente 11 milhões de pessoas, ao contrário do que se dá nas cidades e especialmente nos grandes centros do país, onde os trabalhadores contam com poderosos sindicatos.

I. CAUSAS QUE DIFICULTAM A ORGANIZAÇÃO NO CAMPO

O trabalho de organização das massas trabalhadoras no campo se choca com uma série de dificuldades particulares. Para se obter êxito é preciso levar em conta esses obstáculos e aprender a vencê-los com a maior paciência e firmeza. Nem sequer as possibilidades de ajuda e de vantagens que são facultadas por diversas leis, como nos casos de subvenções e auxílios, são devidamente aproveitadas. Como dificuldades mais importantes caracterizam-se as seguintes:

1 — Dispersão dos lavradores e trabalhadores agrícolas. Espalhados pelos latifúndios e fazendas, muitas vezes em regiões distantes e de difícil acesso, onde em geral existem poucos meios de comunicação e de condução, encontram-se muito mais isolados e sujeitos à influência e pressão dos patrões e proprietários da terra do que, por

exemplo, nos países da Europa, onde moram geralmente nas aldeias. Esta dispersão exige a adoção de formas particulares de comunicação e de organização.

2 — Os lavradores e trabalhadores agrícolas são comumente submetidos a formas de exploração, de negação de direitos, de perseguição e de opressão, por parte dos latifundiários e dos agentes dos poderes públicos, muito mais duras e desumadas do que os trabalhadores das cidades. São exemplos disso os contratos extorsivos de arrendamento e parceria, em geral verbais, o crédito usurário, o confisco de produtos e bens, os despejos, os impostos elevados, a ação do fisco, etc. Mesmo entre os trabalhadores rurais que vivem como assalariados, conhece-se bem a negação na prática de todos os direitos da legislação trabalhista a que fazem jus, como a aplicação do salário mínimo, direito de férias remuneradas, regime de 8 horas de trabalho, descanso semanal remunerado, etc., inclusive o de sindicalização rural. Em vez disso, vigoram em geral contratos ilegais de trabalho, com descontos, multas e outras muitas violações e arbitrariedades.

3 — As migrações constantes, em vários sentidos, do norte para o sul, nas várias zonas de um mesmo Estado, de fazendas para fazendas, e o êxodo rural para as cidades e os grandes centros urbanos, como consequência do empobrecimento e das dificuldades crescentes das massas trabalhadoras do campo, resultantes de um processo injusto de desenvolvimento que se dá no país. Esse fenômeno dispersa grandes massas, e entre elas encontram-se muitos membros e mesma dirigentes de organizações que se formaram, o que as torna instável até certo ponto.

4 — A própria natureza do lavrador. Disperso, isolado, em geral oprimido e explorado, torna-se arredio e desconfiado, freqüentemente um revoltado.

5 — Ao lado de tudo isso, há a falta de tradição de organização no campo em nosso país, o que resulta em uma grande falta de experiência, sabido como é que todos os esforços para a organização independente das massas trabalhadoras do campo sempre encontraram uma forte resistência por parte dos que estão interessados em manter o atual estado de coisas.

Mas tudo isso não pode significar que sejam essas

dificuldades empecilhos que não permitam a organização independente das massas de milhões de lavradores e trabalhadores agrícolas no Brasil. Elas constituem, ao contrário, um forte fator de estímulo, pois faz crescer a compreensão de quanto é necessário a organização, como instrumento de lutas e de vitórias.

II. DIVERSIDADE DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Os habitantes do meio rural não formam um todo homogêneo. Eles constituem um conjunto composto de pessoas em diferentes situações, quer quanto às formas de trabalhar e produzir, quer com relação a propriedade, etc. Diferentemente das relações que existem entre os operários e em geral entre as massas trabalhadoras das cidades, as relações entre os lavradores são muito variáveis. Uns trabalham em suas próprias terras, como proprietários; outros, são posseiros; outros, são produtores alugando terras, como arrendatários e parceiros e ainda há os que trabalham à base de salários, seja por dia, por mês, por tarefa ou por empreitada, e mesmo por ano, como no caso dos colonos de café que, para completar seus salários, plantam nas lavouras que tratam, ou por fora.

Assim, as formas de organização entre os lavradores têm que levar isso em conta, não podem ser as mesmas dos operários das cidades, que não têm choques de interesses de classe entre si. Não se pode recomendar nem aplicar nunca, no que diz respeito à organização, formas rígidas e imutáveis, para todos os tipos e casos.

Os lavradores, em geral, conforme a experiência tem demonstrado, vêm encontrando sua melhor forma de organização na criação de associações de lavradores, das quais eles próprios são administradores e dirigentes. Compreendem cada vez melhor que é indispensável que suas organizações tenham direção própria, isto é, que vivam e atuem sob a sua própria direção e não sob a direção e influência de latifundiários e fazendeiros.

Na medida em que, levando-se em conta a composição social de suas organizações independentes, tenham em sua direção os elementos das camadas mais conseqüentes, os lavradores pobres e médios encontram em geral as possibilidades de que essas organizações se transformem em

entidades representativas de seus interesses.

A inclusão, em muitas associações criadas, de trabalhadores agrícolas assalariados juntamente com lavradores que empregam trabalhadores a seu serviço, tem demonstrado que isso deve ser evitado, pois leva para dentro das organizações os conflitos de interesses que comumente se dão entre operários e patrões. Portanto, a prática demonstra que, sempre que possível, devem-se formar organizações de modo que lavradores e trabalhadores assalariados, embora organizados separadamente, lutem efetivamente unidos pelos interesses, direitos e reivindicações que lhes são comuns.

As cooperativas, também, quando sob a direção e influência direta de seus associados lavradores, são uma forma de organização que pode prestar bons serviços. Conhecem-se no país grandes cooperativas que se tornaram enormes potências financeiras e se transformaram em verdadeiros monopólios de muitos produtos agrícolas. Essas cooperativas, verdadeiras fontes de grandes e condenáveis lucros para os seus dirigentes, são hoje fatores de carestia e de exploração do povo, desvirtuando, assim, as finalidades verdadeiras que devem ter as cooperativas agrícolas. Mas, quer sejam de consumo, de produção, mistas, etc., as cooperativas agrícolas verdadeiramente a serviço dos lavradores podem e devem ser utilizadas como uma boa forma de organização e defesa.

Em suma, não importam decisivamente, nem a forma nem os nomes que possam ter as diversas organizações de lavradores, mas sim o seu conteúdo e os fins que se propõem defender. Torna-se, no entanto, como a experiência mostra, indispensável observar certas regras que não se podem dispensar, sem o que as organizações deixam de atender os fins para que foram criadas, de defesa dos lavradores. Além disso, é da maior importância a posição de solidariedade e de união dessas organizações, com relação às lutas dos trabalhadores e das massas populares das cidades, que não podem ser contrárias nem desligadas das que travam os próprios lavradores. Entre essas massas, não existe nenhum conflito de interesses que não possa ser vencido em benefício de seus interesses comuns. Pelo contrário, é através da união na luta que as massas

(Conclui na 10.ª Página)

TESE SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS

(Continuação da 1ª Página)
trabalhadoras da cidade e do campo encontram suas mais importantes vitórias.

III AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS

Os sindicatos rurais formam-se obedecendo a uma legislação e a uma forma específica de organização, de acôrdo com o Decreto Lei 7038, devidamente regulamentado pela portaria nº 14, incluídos na parte complementar da Consolidação das Leis do Trabalho. Os sindicatos rurais, segundo a lei, podem constituir Federações Estaduais (com um mínimo de 5 sindicatos) e uma Confederação Nacional (com um mínimo de 3 Federações Estaduais). Têm, portanto, sua própria forma e estrutura, sua legislação particular.

São imensas as dificuldades que os sindicatos rurais vêm encontrando para se formar, e principalmente para se registrarem no Ministério do Trabalho. São sem conta as barreiras opostas pelos órgãos governamentais em todos os escalões, com o objetivo de impedir ou dificultar ao máximo o seu reconhecimento legal. Não facilitam nada, pelo contrário, só criam embaraços. É evidente que, uma vez reconhecidos, esses sindicatos rurais podem ser verdadeiros órgãos de defesa dos trabalhadores agri-

colas, gozando dos direitos e prerrogativas que a lei lhes faculta. E preciso, assim, obter, cada vez mais, novas vitórias e conquistas na organização sindical dos Trabalhadores agrícolas, vencer a imensa barreira burocrática criada artificialmente para dificultar o seu reconhecimento, lutar para simplificá-la e avançar mais e mais. A criação e o reconhecimento dos grandes sindicatos rurais de Itabuna-Ilhéus, na Bahia, de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, de Tubarão, em Santa Catarina etc., são pequenas demonstrações da possibilidade de criar em nosso país poderosos sindicatos rurais, aos quais se filiem milhões de trabalhadores agrícolas.

Nas grandes regiões açucareiras cresce o número de sindicatos de trabalhadores na indústria do açúcar e do álcool, bem como na indústria de alimentação. Em vários lugares, numerosos trabalhadores agrícolas permanentes, que trabalham nas usinas, ingressam nesses sindicatos, de acôrdo com o que faculta a lei. No entanto, permanece o problema da quantidade enorme de trabalhadores rurais volantes que, não sendo empregados fixos, não têm direito a ingressar nesses sindicatos. Surge então a necessidade de se organizarem de outra maneira, seja em sindicatos de trabalhadores rurais, seja em asso-

ciações de caráter civil.

A organização dos trabalhadores agrícolas em associações de caráter civil também pode ser feita e essa forma de organização pode ser de muita utilidade. Nos lugares onde não houver condições imediatas para a formação de sindicatos rurais, devem os trabalhadores agrícolas se organizar dessa maneira. Isso possibilitará duas vantagens imediatas, a saber: 1ª) — permitirá que esses trabalhadores ingressem imediatamente no caminho da organização e da defesa de seus direitos e reivindicações, sem que haja necessidade de enfrentar, de início, tôdas as grandes dificuldades burocráticas de reconhecimento da organização, como se dá com os sindicatos rurais e 2ª) — Defender seus direitos de forma organizada, reforçar e consolidar sua organização, formar seus próprios quadros dirigentes para que possam, no devido tempo, mais facilmente, se transformar em sindicatos de trabalhadores rurais.

Merece uma referência especial a ajuda que tem dado o movimento sindical operário na organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas. São numerosos os exemplos de organizações criadas com a ajuda inestimável das organizações sindicais operárias, e casos há em que, sem essa ajuda, a formação tanto de

associações de lavradores como de sindicatos rurais, teria sido impossível. Os trabalhadores do campo devem sempre e cada vez mais recorrer à ajuda, sempre fraternal, que nunca lhes recusam, os sindicatos operários, não só das grandes capitais como do interior. Essa ajuda contribuirá para o reforço mútuo das lutas reivindicatórias que travam todos os trabalhadores, sejam da cidade, sejam do campo.

IV. NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÕES PERMANENTES E PODEROSAS

Estas, as questões essenciais que a UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL (ULTAB) traz para a discussão neste I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS, uma vez que já contamos com um rico patrimônio de experiências acumuladas, as quais muito nos podem valer. A contribuição que trazemos não vai além do modesto propósito de facilitar que todos se manifestem trazendo suas opiniões e suas experiências vividas na própria luta. O que desejamos é tirar desta discussão o máximo de proveitos e ensinamentos para que, de uma maneira unitária, possamos firmar uma orientação melhor e assim, unindo mais

nossas forças, dar maior impulso ao trabalho que se vai fazer daqui para a frente.

Os acontecimentos que se desenrolam em nosso país demonstram a necessidade cada vez maior de se criarem organizações de lavradores e trabalhadores agrícolas de caráter permanente e independente, que sejam poderosas pelo apoio que recebam de seus associados e das massas, e que cada vez expressem melhor seus desejos, como verdadeiros órgãos de defesa dos seus interesses econômicos e sociais.

Estamos convencidos de que o desenvolvimento independente e progressista de que nosso país necessita e pelo qual lutamos, em benefício de todo o nosso povo e não apenas de alguns com o sacrifício da maioria da nação, não pode se realizar sem a participação de milhões de brasileiros que, na agricultura, trabalham e lutam por uma vida melhor e por uma pátria livre e feliz.

Torços unidos, empenhemos todos os nossos esforços para transformar em grandiosa realidade a organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil.

Sala das Sessões, 15 de novembro de 1961.
UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL (ULTAB)



Julião no Congresso: Legalidade é Terra Para os Camponeses Que Trabalham

Na sessão final do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, o deputado Francisco Julião proferiu o seguinte discurso, que publicamos à base de notas do serviço de taquigrafia do Congresso:

As minhas primeiras palavras são uma homenagem postuma a todos os bravos camponeses do Brasil que tombaram nas imensas terras da pátria, vítimas da fome e da crueldade do latifúndio.

Sr. presidente da República, sr. primeiro-ministro Tancredo Neves, sr. governador do Estado de Minas Gerais, sr. vice-governador do Estado, srs. deputados federais, sr. prefeito de Belo Horizonte, srs. deputados estaduais, demais autoridades presentes, sra. Maria Prestes Maia, srs. delegados do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas estudantes, operários, povo desta gloriosa cidade. Meus amigos, meus companheiros de jornada das Ligas Camponesas do Nordeste do Brasil. Diante de um espetáculo como este em que o povo mais humilde e mais espoliado da pátria, o camponês sem terra, se defronta com os mais altos poderes da República, no instante em que se encerra o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, diante desse espetáculo, nós podemos afirmar sem medo — e a história o confirmará — que teremos já e já uma reforma agrária radical para os camponeses do Brasil.

Diante d'essa esteira imensa que hoje defrontamos, diante dessa multidão incalculável que aqui se comprime e que aqui veio para estreitar suas mãos e dizer aos camponeses do Brasil inteiro que o homem da cidade, o operário, os trabalhadores das fábricas, os estudantes, a classe média que se proletariza rapidamente em nosso país, que todos que têm ainda uma parcela de patriotismo e que trazem na sua consciência um compromisso de salvar a pátria, diante desse espetáculo, quem pode pôr em dúvida que já existe no Brasil a unidade indestrutível dos seus trabalhadores que lutam por reformas de base, que não ficam no papel, que não durmam nas gavetas, mas que se transformem em realidade para que o povo não tenha de fazer com as suas próprias mãos a reforma agrária?

De conferência em conferência, de congresso em congresso, através do Brasil, desde o Pará até o Rio Grande do Sul, os camponeses se congregaram, se uniram, e hoje vieram dizer, em Belo Horizonte, que todos eles têm um compromisso de vida ou morte com a nossa pátria. Esse compromisso é o de salvá-la da ignomínia, do aviltamento em que ela se encontra, espalhada pelos inimigos de fora que nos esbulham pela frente e pelos latifundários que aqui dentro nos esbulham pelas costas.

Aqui estamos realizando pacificamente, em ambiente democrático, dentro das gar-

tuas pela verdadeira legalidade. E legalidade é terra para os camponeses trabalhadores. Legalidade e reforma do ensino para que os estudantes brasileiros possam estudar. Legalidade e o controle dos lucros das empresas estrangeiras. Legalidade e a defesa intransigente dos nossos minérios para que possamos construir o futuro de nossa pátria. Legalidade e a ampliação do direito de greve. E' essa a legalidade que desejamos, já e já, porque, sem isso, 75% das terras brasileiras continuarão nas mãos de 8% de brasileiros, o que é uma calamidade. Sem isso, 30 milhões de camponeses continuarão sem calçados porque não há fábricas de calçados e não há fábricas de calçados porque não há reforma agrária. Sem isso, de cada 100 crianças que nascem no Nordeste brasileiro, ali onde foram plantadas as raízes da nacionalidade, morrem 70 crianças de zero a um ano, mostrando que isso não é mais mortalidade mas mortandade, é assassinato em massa de crianças em nossa pátria.

Sem isso nós não temos direito de levantar as nossas vistas para o pavilhão nacional.

Sem isso nós temos constrangimento de cantar o Hino Nacional.

Sem isso não podemos redimir o sangue de Tiradentes espartilhado em Minas Gerais.

E é por causa disso que o Brasil de hoje se levanta e não se limita apenas a pensar, mas a dizer que, ou nós faremos as reformas indispensáveis à emancipação econômica da pátria, ou a omissão dos que nos governam, a omissão das elites pode levar o país à revolução.

Nós que estamos empenhados nessa luta gloriosa consideramos e s t a causa maior que a abolição dos escravos, maior que a luta pela solução estatal do petróleo. Se nós não tivéssemos a intenção e o firme desejo de obter amanhã, se possível — nunca, nunca, depois de amanhã — essa reforma agrária, nós não estaríamos pacificamente, democraticamente, realizando este Congresso, que não é apenas uma demonstração da unidade e da força dos camponeses brasileiros mas também é uma advertência, talvez a última advertência!

Reconhecemos a corajosa atitude demonstrada pelo presidente da República, dr. João Goulart, e pelo governador Magalhães Pinto, que vieram a este Congresso para o qual foram convidados e aqui estão sendo recebidos pelos camponeses do Brasil, sob palmas. Essa corajosa atitude, vencendo resistências, sobrepondo-se aos obstáculos, é um sinal de que eles estão sentindo também que esta não é a hora dos exploradores mas a hora dos explorados.



O século passado foi o século da afirmação da classe operária. Este século é o da afirmação da massa camponesa.

Toda a América Latina está inquieta porque 2/3 de sua população vivem em regime semifeudal, tratados não como seres humanos mas como párias, como bichos. Esses 2/3 carregam nos seus ombros o peso de suas pátrias. Se não fora a brutal espoliação do povo de Cuba, não existiria um Fidel Castro. Não queremos para a nossa pátria os fuzilamentos de Cuba mas queremos para o Brasil as reformas de Fidel Castro. Quero aproveitar este instante para pedir o beneplácito deste Congresso no

sentido da aprovação de um documento que vou ler:

"Neste Congresso manifestaram-se as vozes mais autorizadas em favor da aliança operária, camponesa e estudantil. Na verdade, a ação unitária das classes que são as verdadeiras forças produtoras do Brasil, representa uma necessidade imposta por um momento histórico da nossa pátria. Somente as massas trabalhadoras que empunham a enxada, o martelo e o livro estão em condições de resolver os graves problemas da nação brasileira. Portanto, para que a aliança operário-camponesa-estudantil passe imediatamente da fase agitativa para a organização, proponho que este Congresso Na-

cional de Camponeses vote uma resolução convocando para Goiânia, em data a ser fixada, o I Congresso Nacional de Operários, Camponeses e Estudantes. Sugiro a capital de Goiás para sede do Congresso como uma homenagem aos bravos lutadores do Brasil central e na certeza de que o governador Mauro Borges dará todo o apoio a essa iniciativa das classes trabalhadoras de nosso país. Proponho ainda que se constitua aqui a comissão organizadora do Congresso com a participação de mulheres operários camponeses e estudantes. Finalmente, para que aprendamos a confiar em nossas próprias forças, proponho ao plenário que aprove veementemente apelo aos operários, camponeses e estudantes de todo o Brasil no sentido de que façam a doação de um dia de salário para atender às despesas do Congresso."

Sr. presidente da República, nós todos temos a consciência de que o Brasil atravessa a hora mais grave de toda a sua história. Mas temos também a certeza de que despertaram aquelas forças que se encontravam adormecidas. E, porque despertaram, é inútil que se pense que não conflam nas instituições vigentes, porque se alguém tentar cercar as liberdades públicas, ferir a Constituição e levar o país a um regime de exceção, o povo poderá levar o Brasil à guerra civil. Já que o Congresso Nacional pôde realizar o milagre de, em 24 horas, mudar um regime escravocrata que esse mesmo Congresso Nacional realizou mais um milagre dentro do mesmo dia — o da reforma agrária.

I Encontro de Operários, Estudantes e Camponeses

Fei aprovada no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas a seguinte moção apresentada pela União Nacional de Estudantes e pela União Brasileira de Estudantes Secundários:

1) — Tendo em vista a necessidade urgente de uma Reforma Agrária radical, já que a atual estrutura do campo do Brasil é a principal responsável pela miséria, ignorância e fome que assolam o nosso país,

2) — Tendo em vista que a efetivação de uma Reforma Agrária que venha de

foto beneficiar os trabalhadores, só é possível mediante uma ação de massas que congregue os trabalhadores da cidade e do campo e outras forças populares, como os estudantes.

PROPOMOS:

A realização do I Encontro de Operários, Camponeses e Estudantes com encerramento no dia 1º de Maio em Brasília, para constituição real dessa aliança, considerando-se que a libertação do camponês está ligada intimamente à libertação dos seus companheiros operários.

PADRE LAJE:

«SERÁ VOSSA ESTA TERRA CONQUISTADA COM VOSSO SANGUE»

Publicamos a seguir as principais passagens do discurso pronunciado pelo Padre Francisco Pessoa Laje, de Belo Horizonte, na sessão final do Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas:

Sr. presidente, autoridades presentes, meus irmãos. Foi com alguma hesitação — e vós bem sabeis porque — que eu resolvi vos falar a estas horas tão tardias. Desejo dizer-vos aqui que se Jesus Cristo nascesse outra vez e andasse pelos caminhos da América Latina e do Brasil, estaria ao lado dos trabalhadores camponeses nesta luta que travam pela justiça e pelo amor.

Caros camponeses de todo o Brasil, começou, oficialmente, nestes dias em que aqui estiveram reunidos homens e mulheres: de todos os recantos da nossa pátria, a vossa libertação. A vossa libertação não depende dos latifundiários porque os latifundiários estão interessados na vossa escravidão. Os latifundiários querem ficar cada vez mais ricos e cada vez mais latifundiários e pouco se importam com a vossa pobreza. A vossa escravidão é mais grave que a escravidão negra que encheu de vergonha as páginas da história brasileira. A escravidão continua até os dias de hoje e representa o mais grave problema da história do nosso tempo: a redenção do homem que trabalha na terra e não a possui. Todos nós pensávamos ser necessária esta união que aqui presenciamos, irmanados com a vossa luta nesta bela capital mineira que já podemos cha-

mar de capital da redenção nacional. No dia de hoje podemos afirmar que Belo Horizonte se tornou a grande capital da redenção nacional dos trabalhadores sem terra. É muito significativa a vossa presença aqui, vindos quase todos de muito longe, do norte, do sul, principalmente do nordeste heróico, trazendo a voz do sofrimento e o sentimento de luta. Admiramos extraordinariamente essa figura que merece a vossa estima e amizade — o grande deputado Francisco Julião. Assistimos aqui ao encontro da nacionalidade, da verdadeira nacionalidade, das forças vivas do país, daquelas forças que tomarão o poder num futuro próximo, se Deus quiser. É necessário que o povo se levante e saia da sua escravidão para a liberdade verdadeira. Esta é uma imposição dos filhos de Deus. A liberdade, tantas vezes pregada, ainda não foi alcançada pelos camponeses. Por ela milhares de camponeses sucumbiram e continuam sucumbindo. Muitos já desistiram de esperar por soluções do Congresso Nacional que está cheio de latifundiários e ladrões. As soluções virão daqui, destes dias de encontro de fraternidade e amor. A verdadeira liberdade é a liberdade econômica. O resto são palavras. A verdadeira liberdade é aquela desejada pelos trabalhadores camponeses.



A terra vos foi roubada por uns poucos. A terra foi totalmente dada a todos os homens por Deus e não a alguns latifundiários. Todos os homens têm dignidade, todos são filhos de Deus. Os homens devem ajudar-se uns aos outros e nunca ser escravos uns dos outros. Não é justo que uns tenham tudo e outros não tenham nada.

Gostaria de dizer que tive a alegria de abraçar camponeses vindos de toda a parte, desde o Amazonas até o Rio Grande. Gostaria também de fazer uma referência a todos aqueles que estiveram aqui conosco, sobretudo os bravos estudantes de nossa terra, que ajudaram a escrever mais esta gloriosa página de nossa história.

Esta página não será apenas uma página escrita pelos trabalhadores que lutam heroicamente, mas por todos aqueles que lutam por um Brasil maior, por um Brasil feliz onde não hajam milhões de ho-

mens que trabalham na terra e que não a possuem.

Vejo os vossos cartazes com a inscrição: reforma agrária na lei ou na marra. Concordo. É necessário que a reforma agrária se faça na lei ou na marra. Disse a mim o arcebispo de Olinda e Recife que se os deputados federais não fizerem a reforma agrária, pior para eles. Só assim haverá ordem, a verdadeira ordem, aquela que está na consciência nacional, a ordem da justiça. O resto é "conversa mole". Outro cartaz diz: terra ou morte. Isso significa que estais dispostos a dar a própria vida pela posse da terra, estais dispostos a alcançar a vitória mesmo à custa de vosso san-

gue para que vossos filhos sejam os proprietários da grandiosa terra brasileira. Estão aqui muitos meninos franzinos, magrinhos, tão diferentes dos meninos do asfalto. E para eles especialmente que servem as palavras santas: será vossa esta terra conquistada com o vosso sangue, o vosso suor e as vossas lágrimas. A nossa terra é boa e será dos camponeses depois que se vençam todos os entraves e se acabem todas as tiranias, sobretudo das companhias estrangeiras que sugam a economia nacional. Será uma libertação não só para o Brasil como para toda a América Latina. Esperamos a redenção agrária no Brasil, como já ocorreu em Cuba. Depois de conquistada no Brasil, irá para todos os outros países que estão sob a escravidão econômica norte-americana.

Com estas palavras, eu vos dou os parabéns pela realização deste Congresso. Convosco estão dezenas de milhares de sacerdotes. Aos outros que não estão ao vosso lado, é preciso dar a vossa ajuda e a vossa capacidade para mudá-los a mentalidade a fim de que aprendam a lutar convosco pela verdadeira justiça, e junto convosco alcancem a grande vitória da classe trabalhadora para a grandeza do país. Que Deus vos guie para a vitória, a grande vitória que almejais.

NOVOS RUMOS